



Revista MEB
de Educação Popular



meb
Movimento de
Educação de Base

ISSN 2965-6176

Volume 3 (outubro / 2023)



EDUCAÇÃO POPULAR

**Educação para
a cidadania ativa**



ISSN 2965-6176

Dialogando sobre o
Saber, viver e lutar.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
SCS Quadra 3 Bloco A Nº 79 Brasília-DF CEP: 70303-000

Revista MEB de Educação Popular

Telefone: (61) 3225-2999

E-mail: revista@meb.org.br

Website: www.meb.org.br/revistameb

Periodicidade

Anual

Idioma

Português

Corpo Editorial

Ir. Delci Maria Franzen (DF)	Editora-chefe
Ir. Cláudia Chesini (DF)	Editora-executiva
Cícero Ferreira de Albuquerque (AL)	Conselho Editorial
Elinete Pereira dos Santos (BA)	Conselho Editorial
Pe. Gabriele Cipriani (DF)	Conselho Editorial
Ubirajara José Augusto (DF)	Conselho Editorial
Leonardo Cavalcanti (DF)	Conselho Editorial
Ir. Jorge de Paula (SP)	Conselho Editorial

Revisão ortográfica

Renato Thiel

Projeto gráfico e diagramação

Lavínia Design

Foto da Capa

Fabrcio Preto

Nota editorial: As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam necessariamente o ponto de vista do conselho editorial da Revista MEB de Educação Popular. Correções ortográficas e gramaticais são de responsabilidade dos autores.

ISSN 2965-6176

EDITORIAL 5**ARTIGOS**

Direitos sociais básicos perante desafios e necessidade de atualização (Guilherme C. Delgado) 7

Políticas sociais mudam a cabeça do povo? (Frei Betto) 10

Lei nº 10.639/2003 - Vinte anos de desafio e perspectiva para uma Educação Antirracista no Brasil (Francisco Cândido Júnior Firmiano) 13

DEPOIMENTOS

O que dizem educandos e educadores do MEB 19

Evasão escolar e analfabetismo: sobre políticas públicas e “rabos de vacas” 20

ENTREVISTA

Uma cidadania universal em defesa da Casa Comum (Ivo Poletto) 23

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Turmas de alfabetização do MEB na cidade de Fortaleza – CE (Uiara Garcia e Nenzinha Ferreira) 26

RESENHA

O Mundo das Mulheres (Gabriele Cipriani) 28

CULTURA POPULAR

Artesania da renda e educação (Ir. Jorge Luiz de Paula, SJ) 32

Homenagem a Carlos Rodrigues Brandão (Ana Cristina Araújo Maranhão) 34

Nesta 3ª edição, a Revista MEB de Educação Popular pretende dar mais um passo no percurso educativo por ela assumido, apresentando temas pertinentes aos leitores, afirmando os valores da dignidade humana, da integridade da criação, da justiça e da fraternidade universal, e comprovando a importância da educação na construção da democracia e do efetivo exercício da cidadania.

É de fundamental relevância constatar que o Brasil está distante de proporcionar a todos os brasileiros saúde, educação, cultura e lazer de qualidade, tal como afirma a Constituição Federal. Em vista disso, torna-se urgente uma atualização sobre a situação da política e social, em especial o exercício dos direitos sociais básicos no Brasil, para que se possa traçar percursos educativos comprometidos com a “Educação para a cidadania ativa”. Como atualizar os conteúdos de direitos básicos e como se dá esse ordenamento jurídico, são algumas questões colocadas no primeiro artigo desta edição da nossa Revista.

Na busca por cidadania ativa, debate-se muito assertivamente, que todos os cidadãos e cidadãs são sujeitos de cidadania. E para o pleno exercício da cidadania se requer formação básica que incentive o exercício da liderança e o compromisso com a democracia. Políticas sociais devem vir acompanhadas de iniciativas populares voltadas para a educação crítica. Este é um tema pertinente no segundo artigo.

É de conhecimento geral que na história do Brasil vivenciamos um processo de exclusão da população negra do acesso à educação formal, bem como a muitos outros direitos para o exercício pleno da cidadania. O terceiro artigo dessa edição se debruça sobre a luta do movimento negro na conquista de direitos e cidadania. A criação da Lei nº 10.639/2003, proposição do movimento negro para uma política educacional que obrigue a trabalhar a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, demonstra o poder da cidadania ativa na transformação social, por meio da incidência política resistente e organizada.

A construção de uma sociedade igualitária, sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental, é estimulada por uma educação libertadora, voltada para a consciência cidadã. Este é o tema em discussão na entrevista sobre “Cidadania universal em defesa da Casa Comum”.

A Resenha de “O mundo das Mulheres”, obra do sociólogo francês Alain Touraine, falecido em junho deste ano, é um convite a confrontar-se com uma nova visão do protagonismo das mulheres neste nosso mundo pós-moderno, cheio de contradições. As mulheres lançam as bases de uma nova cultura que vai além da longa e sofrida luta feminista. A resenha chama a atenção para o agir das mulheres no mundo global. O prêmio Nobel da Paz, concedido nestes dias a

Narges Mohammadi, é mais um convite a compreender a atualidade da visão de Alain Touraine sobre a contribuição das mulheres ao nascer de uma nova cultura não violenta. “Mulher, vida e liberdade” não é somente um slogan da resistência não violenta das mulheres iranianas. É a síntese da revolução que esta nossa sociedade precisa.

A vivência dos temas pertinentes da educação popular, na prática cotidiana dos grupos e das comunidades envolvidas, gera uma riqueza imensurável de experiências, novos conhecimentos e tecnologias sociais as quais merecem ser sistematizadas e socializadas. A experiência recente do Núcleo MEB/Ceará, sistematizada por duas educadoras e aqui relatada, apresenta-se como embasamento em vista de novos projetos e novas parcerias construídas e fortalecidas ao longo do processo. Todo o esforço no campo da sistematização vale a pena, pois empodera o grupo e responde a um dos grandes desafios da constante atualização do método Ver, Julgar e Agir.

A Revista apresenta também uma série de depoimentos e testemunhos na experiência do “triálogo” entre educadores, assessores e participantes dos processos de aprendizagem, na perspectiva de uma educação em que todos falam, todos escrevem e todos aprendem. Os testemunhos apresentados em texto, como o que reflete sobre “políticas públicas e rabos de vaca”, na busca de entender na prática, o desafio da evasão escolar, seguem-se outros testemunhos em formato de vídeos em que “o dizer a própria experiência” se faz espaço de protagonismo cidadão.

No amplo espaço da cultura popular, a Revista apresenta a arte-sania da renda não apenas como expressão cultural, mas também uma ferramenta educacional valiosa que contribui para a preservação das identidades culturais e o desenvolvimento de habilidades práticas e criativas na troca de saberes.

Finalmente, neste ano de 2023, não poderia faltar uma homenagem ao grande companheiro, irmão e educador “mebiano”, professor Carlos Rodrigues Brandão, o andarilho da educação popular – 1940-2023. Católico, foi educador do MEB e essa militância o levou a ter forte ligação com as ideias e a pessoa de Paulo Freire, do qual se tornou amigo e colaborador. Brandão, com suas referências teóricas, o seu testemunho e a sua poesia, motiva até hoje gerações de “mebianos” e de outros movimentos de educação popular, a seguirem fiéis nos caminhos da educação transformadora e libertadora. Brandão, nos disseste que no MEB aprendeste e foste “Nós”. Hoje seguimos querendo ser “Nós”. Obrigada!

Ir. Delci Maria Franzen
Secretaria Executiva
do Movimento de Educação
de Base – MEB

Direitos sociais básicos perante desafios e necessidade de atualização

Guilherme C. Delgado

1 Introdução ao Tema

Uma tarefa se nos apresenta urgente na atual quadra histórica, especialmente às instituições envolvidas com a missão de “Educar para a Democracia”: a atualização devida sobre a situação da política social, em especial ao exercício dos direitos sociais básicos no Brasil. O tema, conquanto objeto de explicitação clara na Constituição Federal de 1988 no seu Título VIII, que trata da Ordem Social (Arts. 183 a 232), tem sido objeto de frequentes ‘reformas’ na legislação infraconstitucional regulamentar. E estas efetivamente afetam as condições objetivas de exercício de direitos sociais.

Por seu turno, a evolução histórica das situações de desigualdade e pobreza socioeconômica no Brasil, com determinadas causalidades a merecer explicitação neste artigo (Seção 2), acrescida por sua vez à pauta de direitos sociais, questões atinentes aos direitos socioambientais, notoriamente agravados nas duas últimas décadas (Seção 3), clamam por análise e interpretação, na linha do esclarecimento e da formação para os sujeitos sociais direta ou indiretamente afetados.

Por outro lado, há uma tarefa histórica na missão de “Educar para a Democracia”, que as Igrejas e a sociedade civil organizada cumpriram com protagonismo, especialmente no período de construção da Constituição Federal de 1988: a educação para defesa e exercício dos direitos sociais, que pelas razões elencadas anteriormente, requer permanente atualização.

Finalmente, nas Considerações finais (Seção 4), fazemos a síntese propositiva deste artigo, na linha da priorização sobre formação em direitos sociais básicos, com sugestões concretas e pragmáticas ao exercício de direitos e à sua implementação no chamado direito positivo de Estado.

2 Situação da Desigualdade Social e do papel da Política Social

A situação atual de praticamente uma década tem sido de piora na distribuição social da renda e da riqueza, ciclo de declínio que agrava o caldo de cultura de desigualdade que carregamos historicamente.

Atualmente (2021) 25% da população obtém renda familiar per capita de até 1,0 salário mínimo, enquanto que 1% da população ganha 33 vezes mais rendimento *per capita*¹ relativamente ao primeiro grupo citado.

Observe-se que, segundo os próprios dados do IBGE citados (PNAD-Contínua), o ano de 2021 corresponde ao nível de pior distribuição desde 2012, a partir do qual a renda per capita declina continuamente.

A piora na distribuição dos rendimentos econômicos familiares irá corresponder e codeterminar mazelas sociais graves – o “desemprego aberto” (pessoas desocupadas procurando emprego), o ‘desalento’ (pessoas desocupadas que desistiram de procurar emprego; além de um número crescente de subocupados no chamado ‘setor de subsistência’ da economia, também denominado de ‘economia informal’.

Mas a situação mais grave que vem se revelando, principalmente a partir da segunda metade da década, é o regresso do País ao mapa da fome, com 20 a 30% de sua população, dependendo da região, em situação de ‘insegurança alimentar grave’ ou fome explícita, na linguagem popular; sem contar a proporção bem mais alta convivendo em situação de “insegurança alimentar leve”, segundo dados de 2022 da Pesquisa realizada pela Rede PENSAN².

Por outro lado, o agravamento recente das situações de pobreza e desigualdade social não é algo inexplicável, espécie de efeito sem causa, que pudesse ficar debitado à conta dos desastres naturais. Nem mesmo estes, na atualidade, estão isentos de responsabilidades humanas, naquilo que trataremos mais adiante no enfoque da Questão Ecológica (Seção 3). Mas para ficar, por ora, na abordagem da questão social clássica do desemprego e da piora na distribuição da renda social, as respostas políticas do período recente (2015/2022) agravaram a situação social, dentre outras razões, pelo relativo abandono dos direi-

1. Cf. dados da PNAD Contínua do IBGE, disponível na internet (‘Imagens do Censo Demográfico de 2022’ – consulta em 4 de agosto de 2023).

2. O Segundo Inquérito sobre Insegurança Alimentar e Nutricional, a partir de entrevistas realizadas entre novembro de 2021 e abril de 2022, apontou um número muito elevado de 33,1 milhões de pessoas em situação de ‘insegurança alimentar grave’ no País (Rede PENSAN – 2022).

tos sociais básicos já regulamentados no Sistema de Seguridade Social. Este tem sido submetido, há sete anos (2016/2023), às restrições orçamentárias explícitas pela EC 92/2016, que trata do Teto de Gastos, em socorro às prioridades do sistema financeiro da economia, que em todo o período considerado alimentou-se de “superávits primários”.

Por sua vez, assiste-se no presente (atual governo Lula), a tentativas de correção da estratégia econômica anterior e da política social até então vigentes, em parte com a EC substitutiva do Teto de Gastos (“Arcabouço Fiscal”, ainda em tramitação), e outra parte com a EC da Reforma Tributária, esta prometendo em sua 2ª etapa – perfil explícito a melhoria da distribuição de renda, que certamente teria efeitos sobre a sustentação (ou não) de política social ativa para correção da desigualdade social estrutural do nosso sistema econômico. Mas o jogo político-parlamentar em curso parece mitigar intenções distributivas dessas novas regras constitucionais, que teriam papel crucial para o futuro da política social de Estado.

O que fica patente da análise desta seção é que as situações de desigualdade social e pobreza, com graves consequências nos ciclos de agravamento, clamam por políticas sociais ativas; e estas precisam ser objeto contínuo de pressões legítimas.

Do exposto, é lícito deduzir que há um papel implícito à formação contínua de sujeitos sociais para o exercício dos direitos sociais, que correm permanentes riscos de desconstrução econômica em razão de interesses distributivos conflitantes.

3 Questão Ecológica como Nova Fronteira dos Direitos Sociais

Nas duas primeiras décadas deste século houve muitas tentativas de desconstrução de direitos sociais em sucessivas iniciativas de Reformas da Previdência e reformas econômicas restritivas às finanças sociais. Mas houve também reações dos movimentos sociais, que até certo ponto preservaram direitos sociais básicos já regulamentados nos primórdios da CF de 1988, que até certo ponto preservaram esses direitos. E nessas diferentes conjunturas houve frequentes iniciativas de esclarecimento e formação dos setores sociais mais diretamente afetados. Utilizou-se, em particular nos organismos ligados à Igreja Católica (Pastorais Sociais, Grito dos Excluídos, Jubileu Sul, CBJP), o ins-

trumento das “Cartilhas” ao estilo – “Todos os Direitos Básicos para Todas as Pessoas” (2007)³.

Esse instrumento é eficaz à formação e informação dos movimentos sociais; mas requer periódicas e frequentes atualizações em função da dinâmica das situações políticas e dos próprios riscos sociais envolvidos em cada conjuntura, que estão por seu turno suscitando novas formas de proteção social.

Por sua vez, se consultarmos as “Cartilhas de Direitos Sociais” ou textos equivalentes dos últimos 20 anos, quase que não encontramos menção aos riscos socioambientais como ameaça real e crescente, clamando por proteção social. Em verdade, a chamada “Questão Ecológica” geral e especialmente sua manifestação mais explícita recente pelas mudanças climáticas demorou a chegar à percepção pública, na linha de uma ética de responsabilidade política de prevenção e proteção contra essa nova onda de riscos sociais.

No caso do Brasil, em particular, temos nestas poucas mais de duas décadas deste século eventos históricos em duplicidade e contradição: o despertar mundial para a Questão Ecológica a partir das 27 Conferências do Clima desde a Rio-1992, e, adversamente, uma especialização primário-exportadora do espaço rural na produção de ‘commodities’ agrícolas e minerais, de consequências ambientais devastadoras. E, para citar apenas um dado recente (COP 2022 – Cairo), o Brasil se converteu no 6º maior poluidor mundial, segundo o ‘ranking’ do IPCC (comitê da ONU sobre mudanças climáticas), e seu espaço rural sendo responsável por 79% das emissões de gases do efeito estufa, do total emitido pelo País.

Prevenir e proteger populações que se tornaram mais vulneráveis pelas localizações de suas moradias, parece-nos um tema da maior relevância não apenas à política social, mas também à transição ecológica nas políticas agrícola e fundiária, pois estas se tornaram vetores de apoio ostensivo a um tipo de agricultura altamente predatória do ponto de vista ecológico.

Mas a mudança de rumos nas políticas públicas, ainda mais quando estas se tornaram hegemônicas, sob a coordenação da economia política do agronegócio, clama por pressões legítimas, tendo a subsidiá-las informações e formação para o exercício de direitos.

3. Cf. Todos os Direitos Básicos para Todas as Pessoas: como acessar direitos - Brasília, Programa Justiça Econômica Dívida e Direitos Sociais, junho de 2007. Este texto, com 58 páginas, aborda didaticamente os Direitos Sociais instituídos e regulamentados a partir da Constituição de 1988, destacando em especial as tratativas de reforma da Previdência em curso no “Fórum Nacional da Previdência Social” de 2007.

4 Considerações finais

Pelo exposto nas seções precedentes, parece-nos bastante justificada a necessidade do destaque à educação para o reconhecimento e resgate de direitos sociais, que certamente não serão pautados pela elite econômica, em permanente disputa concorrente por fundos públicos e prioridades políticas opostas. O exemplo citado para o caso das políticas sociais previstas no Orçamento da Seguridade Social ilustra um tipo de conflito distributivo. E no caso ambiental temos de longa data um virtual monopólio das políticas agrícola e fundiária do Estado pelo sistema de agronegócio e/ou o ‘negacionismo’ explícito da Questão Ecológica, na linha do “passar a boiada” da desregulamentação ambiental em plena pandemia da Covid-19.

Por motivações as mais diversas o sistema hegemônico resiste à efetiva transição ecológica, com o agravante de que mantém controle das políticas públicas de Estado, como também de amplos setores de comunicação de massa.

Por outro lado, é importante esclarecer ao público alvo dessa pauta de “Educação para a Democracia”, que há conteúdos de direitos básicos em disputa ferrenha e que esses direitos e essas disputas precisam ser devidamente contextualizadas historicamente. Há direitos sociais básicos já positivados no ordenamento jurídico, a exemplo do tripé da Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social, a que se pode acrescentar também a Educação Básica, em permanente disputa e conflito por fundos públicos. Mas há também necessidades vitais e riscos socioambientais crescentes precariamente reconhecidos no ordenamento jurídico-político, a exemplo da Segurança Alimentar e da chamada Transição Ecológica nas políticas públicas.

Neste sentido, é importante atualizar textos auxiliares relevantes, como as “Cartilhas de Direitos Sociais Básicos”, fazendo-as avançar até o presente (2023), de sorte a incorporar mudanças em políticas públicas ocorridas em pelo menos quinze anos mais recentes, como também dos novos riscos sociais emergentes, dentre os quais o risco ambiental é o mais notório.

Finalmente, considerando a relevância intrínseca e a própria filiação eclesial do Movimento de Educação de Base, é preciso destacar os aportes significativos mais recentes ao exercício de direitos socioeconômicos. Uma visita ou revisita ao pensamento socioeconômico da Igreja Católica chama-nos especial atenção para três documentos recentes: 1) Destacadamente a Encíclica *Laudato Si’* (2015) com sua muito impor-

tante contribuição à transição ecológica na linha da ecologia integral; 2) A Encíclica *Fratelli Tutti* (2020) pelas suas lições ético-sociais de solidariedade e cooperação social; 3) A ‘Mensagem sobre a Economia de Francisco’ (2019), pelas suas instigantes provocações à reconstrução da economia de mercado, na linha das inspirações das economias humana e ecológica.

Políticas sociais mudam a cabeça do povo?

Frei Betto¹

Minha resposta à pergunta acima é não. Em 70 anos de União Soviética, o povo foi beneficiado com direitos que o Ocidente ainda não conquistara. Homens e mulheres desempenhavam os mesmos trabalhos e tinham igual remuneração. Já na década de 1920, em torno de 600 mulheres ocupavam cargos similares ao de prefeita, enquanto na maioria dos países ocidentais elas nem tinham direito a voto.

A União Soviética foi o primeiro país da Europa a apoiar direitos reprodutivos, em 1920. As mulheres detinham plena autoridade sobre seu corpo². O ensino escolar era gratuito, inclusive a pós-graduação. Os estudantes recebiam do poder público livros didáticos e material escolar³. Também o sistema de saúde era inteiramente gratuito. O número de usuários de drogas era extremamente baixo e os poucos que conseguiam entorpecentes o faziam por meio de turistas que contrabandeavam para dentro do bloco⁴. Foram os soldados que ocuparam o Afeganistão, no fim da década de 1980, que infestaram de drogas os países do bloco soviético.

Apesar de tudo, a União Soviética colapsou sem que fosse disparado um único tiro. O povo deu boas-vindas ao capitalismo. Hoje, a Rússia é um dos países em que a desigualdade social é mais alarmante.

O socialismo soviético não fez a cabeça do povo em prol de uma sociedade solidária. Do mesmo modo, o Estado de bem-estar social, predominante na Europa “cristã” até ruir o Muro de Berlim, não fez a cabeça do povo.

Antonio Candido dizia que a maior conquista do socialismo não se deu nos países que o adotaram, e sim na Europa Ocidental, onde o medo do comunismo levou a burguesia a ceder os anéis para não perder os dedos.

1 Frei Betto é escritor e educador popular, autor de “Por uma educação crítica e participativa” (Rocco) e, com Paulo Freire, “Essa escola chamada vida” (Ática), entre outros livros. Livraria virtual: freibetto.org. Assine e receba todos os artigos do autor: mhgpal@gmail.com.

2. Abortion, Contraception, and Population Policy in the Soviet Union, David M. Heer.

3. A Geography of Russia and its Neighbors, do geógrafo Mikhail S. Blinnikov.

4. Arquivo da CIA: The USSR and Illicit Drugs: Facing Up to the Problem.

Findo o socialismo, a burguesia ergueu os punhos e revelou sua verdadeira face: prevalência dos privilégios do capital sobre os direitos humanos; repúdio aos refugiados; privatização dos serviços públicos; alinhamento à política belicista dos EUA.

Governos do PT

O Brasil conheceu 13 anos de governos do PT que asseguraram à população de baixa renda vários benefícios: Bolsa Família; salário mínimo corrigido anualmente acima da inflação; Luz para Todos; Minha casa, Minha vida; Fies; cota nas universidades; redução drástica da miséria, da pobreza e do desemprego; aumento da escolaridade etc.

No entanto, Dilma Rousseff foi derrubada sem que o povo fosse às ruas defender o governo. E Bolsonaro foi eleito presidente em 2018. Em 2022, perdeu para Lula pela diferença de apenas 2 milhões de votos, de um total de 156 milhões de eleitores.

Freud e Chomsky

Segundo Freud, “a massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrílica, o improvável não existe para ela. [...] Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem. Quem quiser influir, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma fala. [...] Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que considera uma espécie de fraqueza. Exige de seus heróis fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo, inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição”⁵.

5. Psicologia das massas e análise do eu, 1921.

Quem faz a cabeça do povo é o capitalismo, que exacerba nosso lado mais individualista e narcisista. E promove 24 horas por dia a deseducação da sociedade ao estimular o consumismo, a competitividade, a ambição de riqueza, o “salve-se quem puder”.

Noam Chomsky⁶ enumera os recursos do sistema para evitar a consciência crítica: o entretenimento constante (vide a programação de TV); disfarçar os abusos como necessidades, como o aumento das tarifas dos transportes (“Medidas que são, na verdade, prejudiciais à população por favorecer os interesses escondidos de uma minoria, passam a ser implantados como se fossem garantir benefícios em comum”); tratar o público como criança e manter a consciência infantilizada; fazer a emoção prevalecer sobre a razão; manter o público na ignorância e na mediocridade, como a linguagem cifrada utilizada nas matérias sobre economia; autculpabilização (sou o único responsável por meu fracasso ou sucesso); convencer que a grande mídia sabe mais do que qualquer pessoa etc. São o que Chomsky denomina as “armas silenciosas para guerras tranquilas”.

O PT governou por quatro vezes os municípios de Maricá (RJ) e Ipatinga (MG), assegurando grandes benefícios às suas populações. Em 2022, Bolsonaro venceu nos dois turnos nas duas cidades.

Isso significa que é real o risco de a direita voltar à presidência da República em 2026. Por mais benefícios que o governo Lula venha a garantir ao povo brasileiro. Qual é, então, a saída? Como evitar que isso venha a ocorrer?

Educação política

Só há uma alternativa: intenso e imenso trabalho de educação popular, pelo método Paulo Freire, utilizando dois recursos preciosos que o governo dispõe, a capilaridade e o sistema de comunicação. Capilaridade seria adotar a pedagogia paulofreireana na formação dos agentes federais em contato com os segmentos mais vulneráveis da população, como saúde, IBGE, Embrapa etc. Por que não incluir no Bolsa Família, que atende mais de 21 milhões de famílias, uma terceira condicionalidade, além da escolaridade e da vacina? Seria a capacitação profissional. Além de propiciar qualificação aos beneficiários, de modo a que possam produzir a própria renda, as oficinas de capacitação seriam pelo método Paulo Freire. Mulheres que se inscreverem para se capacitarem em oficinas de

culinária e costura, por exemplo, aprenderiam esses ofícios segundo o método que desperta consciência crítica.

A rede de comunicação do governo federal

O outro recurso é a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação –, poderoso sistema de comunicação em mãos do governo federal, desde a “Voz do Brasil”, ouvida diariamente por 70 milhões de pessoas.

A TV Brasil, Canal 2, rede de televisão pública, conta com 50 afiliadas em 21 estados. Em 2021, ficou entre as 10 emissoras mais assistidas do país. O sistema de rádio EBC engloba 9 emissoras próprias em 2 estados e no Distrito Federal. A EBC dispõe do maior sistema de cobertura nacional de rádio, com 14 rádios afiliadas. A Rádio Nacional é uma rede de emissoras da EBC. É formada pelas seguintes emissoras: Rádio Nacional do Rio de Janeiro (alcance em todo o território nacional por transmissão via satélite); Rádio Nacional de Brasília; Nacional FM (Brasília); Rádio Nacional da Amazônia (sede em Brasília, mas programação voltada para a região Norte); Rádio Nacional do Alto Solimões (Tabatinga, AM); e as Rádios MEC e MEC FM (Rio de Janeiro).

A comunicação do governo federal dispõe ainda da Radioagência Nacional, agência de notícias que distribui áudios produzidos pelas emissoras próprias da EBC e emissoras parceiras. Segundo a estatal, mais de 4.500 emissoras de rádio utilizam os conteúdos da Radioagência. E a Agência Brasil, focada em atos e fatos relacionados a governo, Estado e cidadania, alcança 9,19 milhões de usuários por mês.

Há ainda o Portal EBC, plataforma na internet que integra conteúdos dos veículos (Agência Brasil, Radioagência Nacional, Rádios EBC, TV Brasil, TV Brasil Internacional) da Empresa Brasil de Comunicação e da sociedade em um único local.

A EBC, além de gerenciar as emissoras públicas federais, também é responsável pela formação da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). A RNCP visa estabelecer a cooperação técnica com as iniciativas pública e privada que explorem os serviços de radiodifusão pública. Atualmente, a rede conta com 38 emissoras espalhadas por todo o país.

Dentro da política da RNCP, a EBC pode solicitar a qualquer tempo canais para execução de serviços de radiodifusão sonora (rádio FM), de sons e imagens (televisão) e retransmissão de televisão por ela própria ou por seus parceiros. São as chamadas Consignações da União. Atualmente, 13 veículos

6. Mídia – propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

são operados dessa forma em todo o país: TV Brasil Maranhão, com o Instituto Federal do Maranhão; TV UFAL, com a Universidade Federal de Alagoas; TV UFPB, com a Universidade Federal da Paraíba; TV UFSC, com a Universidade Federal de Santa Catarina; TV Universidade, com a Universidade Federal do Mato Grosso; e TV Universitária, com a Universidade Federal de Roraima.

Imagina o leitor ou a leitora toda essa rede voltada para o despertar da consciência crítica do público. Basta para isso mudar a chave epistemológica, passar da lógica analógica, que apenas se foca nos efeitos dos problemas sociais, à lógica dialética, centrada nas causas dos problemas sociais.

Quando vemos na TV campanhas em favor de quem tem fome, em geral aparecem indicações de locais de coleta de alimentos e doações de cestas básicas. Em nenhum momento o noticiário levanta as perguntas: por que há pessoas com fome? Por que não têm acesso aos alimentos? É natural que haja abastados e famintos? Como superar essa desigualdade?

Há muito a fazer para conscientizar, organizar e mobilizar o povo brasileiro. Recursos existem. E há vontade política por parte de Lula e da Secretaria Geral da Presidência da República, monitorada pelo ministro Márcio Macedo. Faltam apenas maior empenho, produção de material para os veículos de comunicação social e verba para que o governo disponha de uma rede de educadores populares de, no mínimo, 50 mil pessoas!

Lei nº 10.639/2003 - Vinte anos de desafio e perspectiva para uma Educação Antirracista no Brasil

Francisco Cândido Júnior Firmiano¹

RESUMO: O movimento negro brasileiro vem historicamente reivindicando acesso e garantia de direitos para a população negra ter acesso à educação brasileira. Este trabalho contém uma linha do tempo com os principais marcos na história do Brasil no que se refere à educação brasileira, no tocante à questão étnico-racial na educação. Os fatos mencionados na linha do tempo foram retirados da obra de Nilma Lino Gomes (2017), *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Nessa mesma linha segue a proposição de uma Educação Escolar Quilombola, que teve início em 2010, durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília. A Educação Quilombola faz uma abordagem sobre os valores culturais, sociais, históricos e econômicos dos quilombos brasileiros, tendo a escola um papel privilegiado como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local. Neste artigo destaca-se a experiência exitosa da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas. No ano de 2023 se completam os 20 anos da criação da nº Lei 10.639/2003, e o que se observa no país, por mais que exista hoje um razoável arcabouço jurídico (decretos, diretrizes e leis, como a Lei nº 11.645/2008) referente às leis de conscientização e reparação histórica, os estabelecimentos de ensino ainda não trabalham de forma efetiva a aplicabilidade dessas leis. Nesse sentido, o presente trabalho faz uma reflexão sobre os 20 anos da Lei nº 10.639/2003, um desafio na perspectiva para uma educação antirracista no Brasil.

Palavras-chaves: Movimento Social Negro. Educação Antirracista. Educação Escolar Quilombola.

Introdução

A História do Brasil mostra de forma bastante evidente o processo de exclusão da população negra do acesso à educação formal. A Constituição Federal (Art. 6º) garante que a educação é um dos direitos sociais previstos para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. (BRASIL, 1988). No entanto, o número de negros que chegam às universidades é, notoriamente, muito pequeno. A história nacional é marcada pela exclusão da população quilombola no acesso à educação, num processo permanente, estigmatizante e opressor, e cada vez mais denunciado pelos movimentos de combate ao racismo estrutural.

As comunidades de Remanescentes de Quilombos compartilham de uma mesma realidade no que diz respeito à relação com a terra, à consanguinidade, às alianças, ao passado histórico e aos confrontos com a sociedade do entorno. Existem enfrentamentos, dificuldades materiais de existência, situações de discriminação e preconceito, além da usurpação das terras, fruto do analfabetismo crônico que é vivido nos quilombos. Mas, em relação ao acesso à educação os quilombolas têm mais dificuldade, e mesmo havendo uma legislação a respeito, é raramente aplicada.

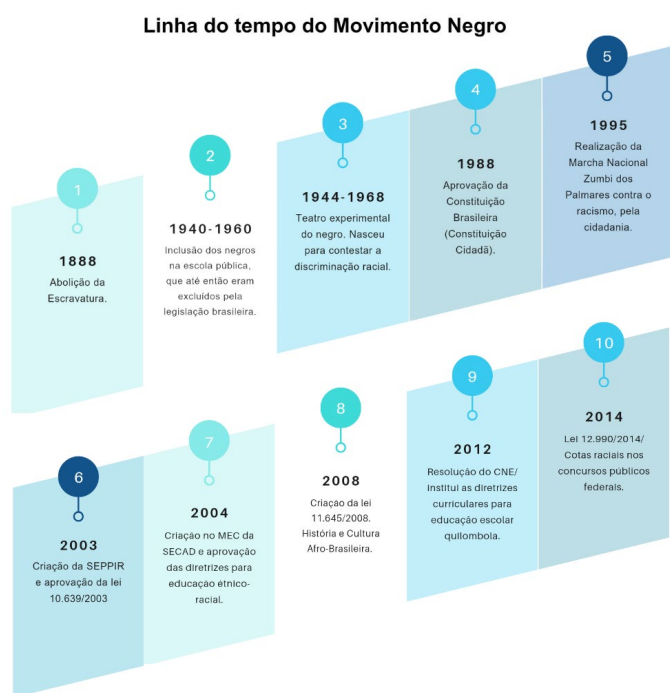
O movimento negro brasileiro vem historicamente reivindicando acesso e garantia de direitos para a população negra no acesso à educação brasileira. Mesmo com a abolição formal da escravidão em 1888, o direito à educação continuou sendo negado para essa parcela significativa da população. Para esta reflexão me inspiro no trabalho de Nilma Lino Gomes (2017) em sua obra *O Movimento Negro educador*, em que a autora faz uma reflexão sobre a trajetória do movimento negro na produção engajada da intelectualidade negra, sobre a questão educacional, integrante dos saberes emancipatórios, sistematizando o conhecimento sobre a questão racial no Brasil.

Segue a linha do tempo com os principais marcos na história do Brasil no que se refere à educação brasileira, especificamente no tocante à questão étnico-

¹ Graduado em História pela UVA/RN, graduado em Gestão de Cooperativa UFRN, segunda Licenciatura em Pedagogia, FAEL, especialista em História do Brasil, FAL/RN, mestre e doutorando em Antropologia Social, UFRN. É membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola - SECADI/MEC.

-racial na educação. Os fatos mencionados na linha do tempo foram retirados da referida obra de Nilma Lino Gomes.

Linha do tempo do Movimento Negro brasileiro referente à educação



Como se observa na linha do tempo, o movimento negro brasileiro vem pautando uma política educacional antirracista, visando à inclusão da população negra no acesso à educação. Desde a abolição da escravatura que o movimento vem reivindicando o direito do acesso à escola, algo que foi negado. Mesmo com os negros “libertos”, no período pós-abolição os negros não tiveram acesso à educação, o que só vem ocorrer a partir da década de 1940, em razão de muita luta do movimento negro brasileiro.

E mesmo assim, não ocorreu de forma natural, mas sempre mediante muitas lutas para assegurar a na legislação a inclusão da população negra para ter o acesso à política educacional brasileira, com adequação na LDB, e a criação de novas leis e mesmo assim, hoje ainda se faz necessário a vigilância para garantir a aplicabilidade das leis antirracistas. O que se observa é que as escolas brasileiras não trabalham uma educação que de fato combate os preconceitos raciais no ambiente escolar.

1 A criação da Lei nº 10.639/2003

A lei nasce como preposição do movimento negro organizado, com finalidade de promoção da cidadania da população negra, ou mesmo propondo essa política educacional, uma lei que obrigue os estabelecimentos de ensino a trabalhar a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. A acima referida lei visava conscientizar a população brasileira referente a sua história e memória; além disso, esse instrumento legal também representa a reparação histórica com a população que foi escravizada em nosso país e após a abolição não obteve nenhuma recompensa pelas opressões históricas vividas.

No ano de 2003, com a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como objetivo implantar ações que promovam a igualdade racial em todas as áreas, o movimento negro brasileiro pauta a implementação de ações afirmativas na educação brasileira (na Educação Básica e no Ensino Superior). Estas discussões tratam do direito à educação como elemento essencial para a construção da igualdade racial. Com isso, neste mesmo ano se dá o início da implantação da política de ações afirmativas (cotas) nas universidades e a aprovação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições escolares brasileiras (BRASIL, 2003a).

A Lei nº 10.639/2003 reforça o debate acerca da importância do estabelecimento de uma educação plural (étnico-racial) e da implementação de novas práticas de ensino referentes à inclusão da diversidade no ambiente escolar. Visa práticas educativas exemplares de implementação de educação antirracista. O movimento negro foi protagonista na luta pela escolarização, destacando-se na questão do acesso da população negra aos bancos escolares, com a finalidade de alcançar a cidadania plena da população negra que ao longo da história foi excluída do acesso à educação.

É importante refletir como o Estado brasileiro carece de uma lei que obrigue a conscientizar sua população referente ao seu passado ancestral, o que deveria ser algo natural, mas como nada em nosso país ocorre de forma natural referente à população negra, então a lei é fruto de muitas mobilizações protagonizadas por estes sujeitos históricos que visavam o combate ao racismo, tendo a educação como uma aliada. A lei é uma reparação histórica para essa população que, desde o início da colonização do Brasil, vive um processo de exploração e silenciamento de forma permanente.

Essa lei é absolutamente necessária para construção de uma educação antirracista, uma lei que valoriza o passado ancestral do povo brasileiro, também valorizando sua cultura, suas tradições, seu elo com o continente africano. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação é notoriamente um grande instrumento de luta em vista de uma educação pautada no respeito às diferenças, e no diálogo intercultural.

1.1 Educação escolar quilombola

Quando tratamos da educação escolar quilombola, não podemos deixar de falar sobre o primeiro encontro nacional dos quilombos e a Marcha Zumbi dos Palmares, que são marcos de origem da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais - CONAQ (SILVA *et al.*, 2021). Assim, em carta propositiva, o movimento quilombola vem reivindicar material didático específico e a formação e aperfeiçoamento dos professores, entre outras necessidades. A criação da SEPIR em 2003, do Decreto nº 4.887 e do Programa Brasil Quilombola (2005) são marcos fundamentais para o combate ao racismo estrutural em nosso país, visando à cidadania da população negra e quilombola.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para a identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (BRASIL, 2003b), de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

No ano de 2004, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), temos o primeiro documento norteador pedagógico que traz a inclusão da educação voltada para a população afro-brasileira; é a primeira vez que se tem, na redação da Resolução 001, de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, orientações específicas para trabalhar a educação com viés antirracista nas escolas.

No ano de 2008, com grande mobilização do movimento indígena brasileiro, houve a aprovação da Lei nº 11.645/2008, pela qual se torna obrigatório em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL,

2008), que se junta a outras leis para o fortalecimento de uma educação antirracista em nosso país.

A implementação da Educação Escolar Quilombola é recente no país e se deu pela proposição dos povos quilombolas na Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, em Brasília. Evidenciou-se a necessidade de elaborar políticas públicas educacionais específicas para atender as demandas das comunidades quilombolas, de forma que não cabe mais considerar a educação quilombola como uma modalidade intitulada “educação do campo”, mas sim, considerar as especificidades culturais e históricas dessas comunidades. O fortalecimento e ampliação de uma educação específica e diferenciada se deu também por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, com objetivo de estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, com o intuito de ampliar ainda mais a democratização do conhecimento dessa realidade histórica, devendo a temática ser trabalhada no âmbito da escolarização formal (BRASIL, 2012).

A proposta de uma educação específica não significa ser contrário aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela busca complementar os conhecimentos escolares com a vivência das comunidades quilombolas, articulando com o histórico de lutas e dificuldades enfrentadas nos quilombos. A educação escolar quilombola é uma ação afirmativa, um componente indispensável para uma educação antirracista, e por isso os conteúdos escolares devem estar alinhados à questão cultural das comunidades quilombolas, devendo a escola reforçar os vínculos com o território, buscando entendê-lo como importante estratégia pedagógica.

É importante destacar que mesmo com a aprovação das diretrizes no ano de 2012, pouco se avançou neste campo no país, alguns poucos estados e municípios implantaram a educação escolar quilombola em suas respectivas redes. Como exemplo, citam-se os estados de Pernambuco e da Bahia, sendo que o Quilombo de Conceição das Crioulas, na cidade de Salgueiro/PE é uma comunidade que é referência ao se tratar de educação escolar quilombola no país.

Conceição das Crioulas apresenta um experiência exitosa referente à educação escolar quilombola. A comunidade possui hoje um calendário específico com as principais datas e comemorações da comunidade, e há diversos materiais didáticos produzidos

que trazem a especificidade do Quilombo de Conceição das Crioulas, como publicações em livros, revistas, boletins, entre outros, assim como também produções audiovisuais: vídeos, podcast etc. Todos esses materiais são elementos complementares para a produção pedagógica. Outro aspecto bastante significativo é que em Salgueiro/PE existe a categoria de professor quilombola, atendendo assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, conforme reza o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012.

Ainda no âmbito da educação escolar quilombola, destacam-se dois parâmetros legais para garantir a qualidade das escolas quilombolas no país. Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas. Parecer CNE/CEB nº 3/2021, aprovado em 13 de março de 2021 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.

No ano de 2023 no Ministério da Educação a reativação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). A Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola – CONEEQ, instituída pela Portaria do Ministério da Educação – MEC, nº 988, de 23 de maio de 2023, é um órgão de caráter consultivo, com atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas no âmbito da Educação Escolar Quilombola; essa comissão tem como objetivo de instituir um plano nacional para trabalhar sobre a educação escolar quilombola (BRASIL, 2023). É a primeira vez que se constitui uma comissão no MEC para discutir, debater, apoiar e disseminar a produção pedagógica para a Educação Escolar Quilombola no âmbito da educação brasileira.

Essa comissão nacional representa um lugar notável ao se tratar da política da educação escolar quilombola no âmbito do MEC, a qual servirá como instrumento de disseminação da educação escolar quilombola para que chegue em todos os municípios que possuem comunidades quilombolas no país.

1.2 Vinte anos após a lei da criação nº 10.639/2003

Em 2023 se completam os 20 anos da Lei nº 10.639/2003, e o que se observa no país, por mais que exista hoje um relativo arcabouço jurídico (decretos,

diretrizes e leis como a Lei nº 11.645/2008), que se expressa em leis de conscientização e reparação histórica, os estabelecimentos de ensino ainda não trabalham de forma efetiva a aplicação dessas leis no dia a dia das comunidades quilombolas em nosso país. Muitas escolas trabalham de forma específica o dia 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra. Em outras escolas há ações pontuais para marcar a data; porém, tantas outras instituições escolares nada fazem, ignorando a lei, e assim continuam reforçando o racismo estrutural estabelecido no país.

De acordo com Oliveira,

Situações como estas foram problematizadas nas produções acadêmicas sobre educação escolar quilombola. É compreensível a preocupação dos pesquisadores quando questionam a valorização de aspectos da cultura negra no ambiente escolar apenas em festividades ou gincanas relacionadas ao Dia da Consciência Negra, entretanto também é perceptível nos diálogos com os(as) docentes que a realização de atividades como estas é bastante valorizada. Tais momentos já seriam suficientes para construir e consolidar a valorização desse pertencimento étnico-racial dos estudantes. Entretanto, os(as) professores(as) percebem que isso não acontece e quando questionados sobre os motivos, a conversa enveredava por caminho conhecido, aquele em que os esforços dos professores nem sempre correspondem ao efetivo aprendizado dos estudantes. (OLIVEIRA, 2020, p. 118).

Neste sentido, chama atenção para a reflexão em relação às ações desenvolvidas nas escolas, que isso não seja algo isolado e específico do dia 20 de novembro, por mais que nas escolas brasileiras esse é o ponto de partida para a construção de um currículo antirracista, pois com essas ações específicas no mês de novembro, se espera que essa prática ultrapasse a festividade do Dia da Consciência Negra tornando-se uma realidade constante nas escolas brasileiras.

2 Considerações finais

Partindo dessas considerações sobre o contexto da educação brasileira no que tange às questões étnico-raciais, abordamos neste artigo o protagonismo do movimento social negro e suas incansáveis preposições para incluir a população negra para que tenha

acesso à educação de qualidade. Essas ações formam uma linha do tempo com diversas conquistas alcançadas arduamente pelo trabalho do movimento negro, após o ano de 2003, ano que marca a política de igualdade racial do país com a criação da SEPPIR e a aprovação e promulgação da Lei nº 10.639/2003.

O artigo reforça o debate sobre a necessidade de uma educação antirracista no contexto brasileiro, com destaque para a Educação para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Destaca-se a importância da legislação vigente e a relevância das práticas pedagógicas existentes em escolas quilombolas, realçando a experiência no Quilombo de Conceição das Crioulas, que chama atenção para reflexão político-pedagógica sobre a identidade quilombola. É importante destacar que o processo de conscientização da população brasileira, no tocante à sua história e memória, requer a valorização das diversas formas de vida desses sujeitos silenciados, essa população que foi excluída da história da educação brasileira, esse povo que possui em seu DNA a luta cotidiana pela sobrevivência. Nas escolas em nosso país não existe uma prioridade quando se fala em aplicar de forma efetiva a Lei nº 10.639/2003.

No tocante à Educação Escolar Quilombola, destacam-se as experiências, vivências e ressignificações de suas representações cotidianas, do mesmo modo que se fortalecem os conteúdos pedagógicos, legitimando suas histórias e memórias, sendo um instrumento de luta e valorização de seu povo, visando à democracia plena e participativa da população quilombola. A implantação da Educação Escolar Quilombola é de enorme importância na vida dos quilombolas, fruto de um caminho percorrido na década passada pelo movimento negro e que desembocou na política pública no campo da educação.

A luta pela implementação de uma educação antirracista e de qualidade requer a superação do racismo em nosso país. Com isso se faz necessário um grande esforço por parte da sociedade brasileira, para o combate ao racismo que muitas vezes é reproduzido nas escolas e no seu entorno. É necessário, e urgente, que sejam implementadas políticas públicas educacionais específicas, que já existem, porém em boa parte ainda não saíram do papel, para isso fazendo-se necessário grande empenho por parte dos municípios, estados e União, buscando garantir os direitos e gerir as propostas de uma educação antirracista, apropriada ao diálogo das pluralidades culturais do território brasi-

leiro. Mesmo sendo difícil, as lutas encampadas pelo movimento social em defesa de uma educação de qualidade inclusiva e propositiva que tem as especificidades, são elementos necessários para uma educação que de fato possa combater o racismo e as desigualdades sociais no cenário atual do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/10/1988, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/1/2003a, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003b. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/11/2003b, Página 4 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-norma-pe.html>.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União** - Seção 1, 22/6/2004. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/583/resolucao-cne-cp-n-1>.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Programa_Brasil_Quilombola_2005.pdf.

BRASIL. Lei nº 11.645, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 11/3/2008, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-norma-pl.html>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Parecer nº 16, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 8.

BRASIL. MEC. Portaria nº 988, de 23 de maio de 2023. Institui a Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola - Coneeq. **Diário Oficial da União** - 25/05/2023, Edição: 99, Seção: 1, Página: 306. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-988-de-23-de-maio-de-2023-485612979>.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Iris V. Educação Escolar Quilombola: relatos de experiência docente. In: **ODEERE**, v. 5, n. 9, 2020, p. 109-131. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i9.6662>.

SILVA, Gilvânia M.; SILVA, Romero A. de A.; DEALDINO, Selma dos S.; ROCHA, Vanessa G. (orgs.). **Educação Quilombola: territorialidade, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra. 2021.



O que dizem educandos e educadores do MEB

A Educação Popular é reconhecida como um bem social, que partindo dos saberes já existentes, agrega valor na socialização e interconexão com a realidade, buscando significar e ampliar a cidadania.

Para isso, a participação é elemento fundamental. É ela quem coloca em movimento o presente, ativando as potencialidades da pessoa, seja em nível pessoal e/ou coletivo. É no fazer educação que conhecimento e cultura são entrelaçados com a história e a vida, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas.

O MEB explicita esta proposta em seus objetivos e na reflexão de sua prática, acreditando que teoria e ação são inseparáveis no processo de conhecimento e de cidadania ativa. Nos depoimentos a seguir, exemplos da atuação do MEB nos estados do CE e PE bem como no Distrito Federal.

Evasão escolar e analfabetismo: sobre políticas públicas e “rabos de vacas”



Dos processos que permeiam a Educação Popular, as rodas de conversa são espaços de compartilhamento de ideias, de saberes, de inquietações. Com base na metodologia Ver, Julgar e Agir, a qual ancora o processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos proposto pelo Movimento de Educação de Base - MEB, é por meio dessas rodas que os educadores estimulam inicialmente o ‘ver’, ou seja, a ampliação do diálogo com os educandos.

Esse movimento é fundamental para o estabelecimento da relação educador/educando, pois constituiu-se num espaço de saberes compartilhados, considerando a cultura e as experiências de vida dos educandos como objeto de aprendizagem, afinal, nos diz Freire (2000) que o desrespeito à leitura de mundo do educando revela um ato antidemocrático.

E foi em uma roda de conversa, junto a um grupo de alfabetizandos, em Barra do Ceará, comunidade situada em Fortaleza - CE, que uma educanda compartilhou a sua história. Com a voz embargada, ela nos contou que viveu no interior do estado durante a infância e que para chegar à escola, as crianças precisavam atravessar um rio. Devido à sua profundidade, as crianças não podiam atravessá-lo caminhando e não havia nenhuma forma de transporte para essa travessia.

Diante dessa dificuldade, faziam o seguinte:

Chegavam até a margem do rio e aguardavam a boiada passar. “Cada um tinha a sua vaca”, nos disse a educanda.

Conforme as vacas iam adentrando ao rio, as crianças, com o material escolar amarrado junto à cabeça, seguravam no rabo de uma vaca e assim, no balanço da correnteza, seguiam até a outra margem.

Porém, em uma dessas passagens, a educanda acabou sendo atingida por um coice, pois não havia esperado o ‘tempo certo’ para segurar no rabo da vaca. Ela quase se afogou e este foi o motivo da ‘evasão’, ou seja, a sua mãe não mais permitiu que ela frequentasse a escola.

Com a voz embargada, a educanda acrescentou: “Eu não aprendi a ler. Eu sou evangélica. Eu quero ler a Bíblia, mas não consigo”.

Ao compartilhar essa história, dentre tantos outros aspectos evidenciados, a educanda faz denúncias. Ela denuncia o silenciamento a que foi submetida e a exclusão, o viver à margem de uma sociedade que culturalmente valoriza o mundo letrado, mas que não respeita o direito de todos acessarem este mundo, que ao ser negado, se torna elitista e fragiliza a democracia.

Ainda hoje, os maiores índices de pessoas em situação de analfabetismo no Brasil provêm de localidades rurais. Diante dessa realidade, podemos inferir que muito pouco tem sido feito, enquanto implementação de políticas públicas de educação; afinal, será que essa população tem sido visibilizada, escutada?

A história está nos mostrando o quanto essas populações vêm sendo negligenciadas; por esse motivo há a necessidade da denúncia, mas esta deve propulsionar ações e não apenas se tornar mais um adorno nas arenas dos debates políticos.

É no tempo presente que precisamos agir. Ao dizer *eu não consigo*, a educanda nos remete a refletir sobre o papel do educador, uma vez que é neste tempo presente que ela e tantos outros educandos se encontram nos ambientes de aprendizagem ancorados na Educação Popular.

Daí podemos indagar: qual o tempo e o espaço da escuta nos ambientes de aprendizagem? Qual o papel do educador popular nesse contexto?

Cunha Filho (2004) nos diz que escutar é ativar os ouvidos e que os ouvidos não funcionam isoladamente, mas exigem outros sentidos, como olhar, tocar, sentir, o que significa que escutamos com o corpo inteiro.

Se o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escu-

tando o outro que aprendemos a falar com ele, nos diz Freire (2000).

Escutar o educando, dar visibilidade à sua história de vida, é buscar compreendê-lo como cidadão, cuja necessidade de aprender a ler e a escrever, se tornou para ele, contraditoriamente, um sonho e não a positividade de um direito.

Voltando à metodologia Ver, Julgar e Agir, cabe ao educador popular atuar nesse movimento e compreender essa metodologia como um ciclo potencial, no sentido de que se dê à denúncia o seu lugar, mas, sobretudo, vendo, julgando e agindo com vistas à implementação de ações de cunho político e social, na perspectiva de uma educação voltada à democracia ativa.

E é nessa trajetória metodológica que encontramos Brandão (2017), que ressalta o compromisso dos educadores como um projeto histórico de humanização libertadora, que, por meio do trabalho político junto ao povo, transforma-se em um movimento pedagógico. Trata-se, portanto, de uma pedagogia voltada aos saberes do povo e para o povo.

Ao repensar sobre a história contada pela educanda, podemos inferir que a reação do animal trouxe sérias consequências a ela, a evasão escolar e, principalmente, o risco de morte. Mas, numa perspectiva metafórica, podemos pensar na reação do animal como um processo de exclusão e de negação dos direitos. A evasão não se deu em função do acidente, mas sim em função da não condição de acesso à escola.

No entanto, podemos avaliar a irracionalidade do animal em contraposição à racionalidade humana. Ainda nos tempos atuais, no contexto das políticas educacionais, sobretudo as políticas voltadas às pessoas em situação de analfabetismo, mantém-se o que podemos chamar de reação violenta a esse processo de marginalização e de exclusão social.

Há muito o que fazer na luta contra esse determinismo, ressaltando-se a importância da atenção às infâncias e às juventudes no tempo presente, sobretudo das populações mais vulnerabilizadas. Vamos nos fortalecendo na luta para que as crianças de hoje tenham os seus direitos respeitados e, em algum dia do futuro, não precisem depender do 'passar da boiada' para exercerem o direito de frequentar a escola, sendo este, um dos primeiros passos à inserção social e à cidadania.

Uma educação para a democracia ativa exige saber, viver, lutar!

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

CUNHA FILHO, José Leão da. **Conversando sobre a aula**. Brasília: Universa, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Maria de Lourdes de Almeida Silva

Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, pós-graduação *lato sensu* na área de Supervisão e Orientação Escolar, e mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente - GEPPEP/UNB, e sócia da Studo Consultoria. Atualmente ocupa o cargo de assessora pedagógica do Movimento de Educação de Base - MEB.


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa



MEB Itapoã (DF)
Centro de convivência

[Assista ao vídeo](#)


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa



MEB Paranoá (DF)
Alfabetização de Adultos

[Assista ao vídeo](#)


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa



MEB Santa Maria (DF)
Grupo cultural

[Assista ao vídeo](#)


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa



MEB Sobradinho (DF)
Assentamento Dorothy

[Assista ao vídeo](#)


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa



MEB Recife (PE)
Casa do Pão

[Assista ao vídeo](#)


Revista MEB
de Educação Popular

meb
Movimento de
Educação de Base
Educação para a cidadania ativa

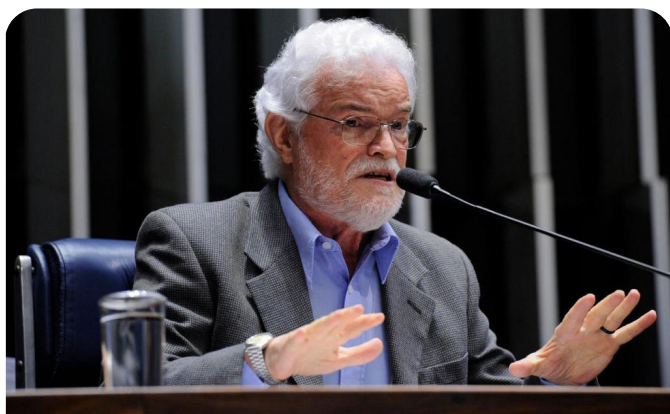


Dom Antônio Fernando Saburido
Arcebispo emérito de Olinda e Recife

[Assista ao vídeo](#)

Uma cidadania universal em defesa da Casa Comum

Ivo Poletto¹



ENTREVISTADO: Ivo Poletto

Esta entrevista foi concedida no MEB/Brasília em outubro de 2023.

Revista MEB: A atenção que a mídia tem reservado à Encíclica *Laudato Si'*, já antes da sua publicação, concentrou-se sobre os aspectos ligados às políticas ambientais em discussão na agenda global. Em 2015, quando a *Laudato Si'* foi publicada, líderes mundiais e representantes da sociedade civil se reuniram na sede da ONU, em setembro de 2015, e aprovaram a Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável. No mês de dezembro de 2015, foi realizada, em Paris, a COP 21. Papa Francisco antecipou-se a esses eventos. Qual o impacto e a fecundidade da *Laudato Si'* como instrumento de análise e interpretação da sociedade e da política em nível nacional e mundial?

Ivo Poletto: A *Laudato Si'* tem alcançado ampla audiência em igrejas cristãs e iniciativas da sociedade civil, qualificando o debate, gerando consciência sobre a gravidade da situação em que se encontra a humanidade por causa dos processos causadores de

aquecimento global e mudanças climáticas. E tem fundamentado a necessidade de mudanças profundas no modo de ser das pessoas, estimulando a conversão ecológica das pessoas e mudanças nas estruturas econômicas e políticas assentadas sobre o absurdo de manter um crescimento econômico sem fim num planeta finito. E um planeta Terra que, retomando a Carta de Paulo aos Romanos, está gritando em dores de parto, submetido à mesma opressão que afeta a humanidade, e esperançoso de participar da libertação alcançada pelos filhos e filhas de Deus (Rm 8,18-25).

Tive oportunidade de participar da COP de 2015 em Paris, e por isso sou testemunho de como a decisão corajosa do Papa Francisco não foi levada a sério pelos governos e empresas capitalistas. O documento final está cheio de palavras que aparentemente reconhecem a gravidade da situação, mas seus encaminhamentos ficaram aquém do minimamente necessário, e por isso, a meta indicada de impedir que a temperatura chegasse a 2°C acima do que existia antes da revolução industrial, e de fazer todo o possível para que não passasse de 1,5°C, não foi efetivamente levada a sério pelos governos e empresas. Resultado: o aquecimento continua aumentando, os eventos climáticos extremos se multiplicam e agravam, e os governos, por exemplo, continuam subsidiando a indústria do petróleo com mais de 7 trilhões de dólares em 2022!² Enquanto isso, o anunciado compromisso de liberar 100 bilhões de dólares por ano como apoio aos países pobres para enfrentarem os efeitos das mudanças climáticas não sai do papel por “falta de recursos”...

Este é, com certeza, o desafio que está levando o Papa Francisco anunciar que está preparando nova Encíclica, retomando e aprofundando a *Laudato Si'*.

Revista MEB: No último verão, nos países do Hemisfério Norte, imprensa e televisão têm ressaltado eventos climáticos extremos, mas têm chamado pouco

1 Possui formação em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Foi o primeiro Secretário Executivo Nacional e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por mais de 18 anos (1975 a 1992); Assessor Nacional da Cáritas Brasileira por mais de 10 anos (1992 a 2003); Membro da equipe de mobilização social do programa Fome Zero, do Governo Federal de 2003 a 2004; atualmente é assessor nacional de mobilização do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental; Autor dos livros: “Brasil: oportunidades perdidas. Meus dois anos no governo Lula. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005” e “Biomass do Brasil – da exploração à convivência,” disponível em versão digital em http://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2017/03/livro_BIOMAS_DO_BRASIL_2017_final.pdf.

2. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/subsidios-para-combustiveis-fosseis-atingem-recorde-de-us-7-trilhoes-em-meio-a-luta-contra-mudancas-climaticas/>

a atenção sobre o aquecimento do Planeta e as causas das crises climáticas. Há um equívoco de compreensão, ou interesses e políticas conservadoras argumentam contra uma urgente transição energética?

Ivo Poletto: Tenho dito que há uma cegueira livremente assumida, e ela continua sendo estimulada como modo de ser mais geral com o objetivo de as pessoas viverem na ilusão de que os governos e empresas agem corretamente ao continuar priorizando o crescimento econômico capitalista sem fim, que mantém as que podem na festa ilusória do consumismo sem fim.

De fato, como entender a continuidade da prioridade dada por todos os países da Europa à “guerra por procuração”³ dos Estados Unidos contra a Rússia, realizada na Ucrânia, numa Europa que, como em todo o Hemisfério Norte, está submetida a temperaturas altíssimas e não consegue enfrentar os incêndios destruidores?

Creio que enquanto a ONU continuar defendendo que o enfrentamento do que, segundo o seu Secretário-Geral, está nos mantendo no “caminho do inferno climático”, será realizado por todos, incluindo os senhores da indústria do petróleo e outras fontes fósseis de energia, e por isso admite a presença de mais de 500 lobistas dessas empresas nas COPs, os interesses dos que destruíram e continuam aumentando a velocidade da destruição continuarão dando as cartas.

Revista MEB: Um dos argumentos centrais da Laudato Si’ é que não se pode falar da degradação ambiental sem falar também da degradação humana e social (LS, n. 48), alertando que uma abordagem ecológica deve incluir também uma abordagem social, integrando questões de justiça social nos debates sobre o meio ambiente, de tal maneira que se ouçam ambos os gritos, “o grito da terra e o grito dos pobres” (LS, n. 49).

Ivo Poletto: Esta é uma contribuição do Papa Francisco à compreensão dos dilemas e desafios a serem enfrentados pela humanidade: não há duas crises, uma ecológica e outra social, mas uma única crise, e ela é socioambiental. De fato, ao encarar a compreensão crítica das causas do processo de aquecimento e mudanças climáticas, chega-se às mesmas práticas humanas que geraram a concentração da riqueza em poucas mãos e a marginalização social, a pobreza e a miséria da maioria da humanidade. Para esses poucos detentores de capital, os recursos da natureza e a capacidade de trabalho das pessoas podem ser

apropriados e utilizados para aumentar a riqueza e o poder. O resultado disso é que a ampla maioria da humanidade e a própria Terra sofrem pela prática de injustiça socioambiental, e são credoras de justiça socioambiental.

Vale destacar que o Papa não fala em capitalismo, mas em processos e práticas que geram e mantêm o produtivismo, o consumismo e o descarte sem fim, a pobreza e a agressão ao ambiente natural da Terra. Não creio, contudo, ser infidelidade ao seu pensamento nossa referência às dinâmicas do capital.

Revista MEB: Na vertente da teologia católica e da doutrina social da Igreja, a Encíclica supera a tradicional visão antropocêntrica e, no diálogo com as ciências e a Agenda da ONU, solicita ir além de temas que melhorem a globalização financeira para propor a elaboração de uma nova cultura que saia das garras da cultura do mercado e do descarte.

Ivo Poletto: Papa Francisco lembra que a crise socioambiental é tão grave que é necessário contar com a participação de todas as forças políticas, culturas e espiritualidades para enfrentá-la. Nessa perspectiva, assume como indispensável a contribuição dos povos indígenas originários, de modo especial por seu modo de vida que revela relações de cuidado amoroso com a Terra. Para eles, a vida da Mãe Terra é condição para a existência humana. Por isso, ajudam a superar o antropocentrismo característico da civilização ocidental, que também marca a reflexão teológica e o ensino social da Igreja.

A revelação bíblica, presente de forma exemplar em São Francisco de Assis, estimula a acolher a mensagem de Deus presente em cada ser, por menor e aparentemente insignificante que seja. E a vida da Terra e de todos os seres vivos, inclusive os humanos, depende da continuidade da existência de todos esses seres. Tudo está interligado, repetirá profeticamente.

Na *Laudato Si’*, o Papa não fala em “direito da natureza” explicitamente. Mas o documento final do Sínodo da Amazônia (n. 74), inspirado por ela e avaliado pelo Papa na mensagem Querida Amazônia, assume ser necessário apoiar as comunidades amazônicas em seu protagonismo **na defesa dos direitos dos povos e dos direitos da natureza**. Foi a partir dessa perspectiva que o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental provocou o nascimento da Articulação pelos Direitos da Natureza, a Mãe Terra, que está sendo frente de reeducação pessoal e social na perspectiva biocêntrica, superando a visão antro-

3. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/ucrania-que-voce-nao-ve/>

pocêntrica, e de mobilização social em favor do reconhecimento constitucional dos direitos da Mãe Terra.

Revista MEB: *Dedicamos esta nossa edição da Revista MEB de Educação Popular à educação para a cidadania ativa com a atenção voltada às políticas sociais em destaque na Constituição do nosso país. A Carta do Papa Francisco aponta para uma mudança de comportamento como caminho para o cuidado com a Casa Comum. Essa mudança se dá por meio da educação para uma ecologia integral (formal e informal) ao longo da vida. “Não haverá uma nova relação com a natureza, sem um ser humano novo” (LS, n. 118).*

Ivo Poletto: De fato, o Papa convida as pessoas à conversão ecológica para mudar seu modo de ser, de pensar, de sentir, passando a assumir práticas de convivência com a Mãe Terra. Mas estes seres humanos renovados precisam ser agentes sociais e políticos para que sejam efetivadas mudanças estruturais no sistema sociopolítico, econômico e cultural dominante, possibilitando que seja colocado a serviço da vida. Cabe a cada pessoa deixar de fazer o que agride o ambiente da vida, e ao fazer isso, sentir-se convidada a ser parte da cidadania universal, agindo em defesa da Casa Comum de toda a comunidade de vida da Terra.

Na recente Exortação Apostólica *Laudate Deum*, Papa Francisco continua exortando-nos “Duma vez por todas acabemos com a atitude irresponsável que apresenta a questão apenas como ambiental, «verde», romântica, muitas vezes ridicularizada por interesses econômicos. Admitamos, finalmente, que se trata dum problema humano e social em sentido amplo e a diversos níveis. Por isso requer-se o envolvimento de todos. Por ocasião das Conferências sobre o Clima, chamam frequentemente a atenção as ações de grupos ditos «radicalizados»; mas na realidade eles preenchem um vazio da sociedade inteira que deveria exercer uma sã pressão, pois cabe a cada família pensar que está em jogo o futuro dos seus filhos”. (*Laudate Deum*, 58)

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html

Turmas de alfabetização do MEB na cidade de Fortaleza – CE

Uiara Garcia e Nenzinha Ferreira

O Movimento de Educação de Base – MEB Ceará tem uma longa história em vários municípios do Ceará. Nos últimos anos tem desenvolvido várias atividades a partir da realidade e dos objetivos do MEB, especialmente na alfabetização de jovens e adultos na leitura e escrita das palavras, mas também na leitura e participação da realidade onde residem, sempre na perspectiva de uma cidadania ativa. Destacamos nesses projetos a parceria com diversas organizações, bem como a colaboração de muitas pessoas de boa vontade, que acreditam e agem tendo em vista o bem comum. Dos vários projetos realizados, recordamos os anos de 2015 e 2016, quando assumiu a responsabilidade de 60 turmas de alfabetização de adultos, em parceria com o Movimento Sem Terra – MST e o Programa Nacional de Erradicação do Analfabetismo – PRONERA. As turmas eram na realidade do campo, espalhadas em alguns municípios do interior do Ceará. Em 2017, avançamos para águas mais profundas ao iniciar turmas de alfabetização do MEB na cidade de Fortaleza. Foi uma experiência nova para o núcleo Ceará por ser a alfabetização na cidade e também pelas parcerias firmadas neste projeto, ou seja, com a Universidade Federal do Ceará – UFC, e com a Pastoral do Povo da Rua. O MEB Ceará ficou responsável pelas capacitações inicial e continuada dos educadores que eram alunos do curso de Geografia da UFC. A metodologia do MEB, baseada em Paulo Freire, foi o grande diferencial nesta formação continuada dos educadores, futuros professores de Geografia. As turmas de alfabetização eram formadas por pessoas em situação de rua e catadoras de material reciclável da Associação de Catadores do Grande Jangurussu (ASCAJAN), uma das maiores periferias de Fortaleza, que teve sua comunidade constituída próxima do primeiro aterro sanitário de Fortaleza.

Em 2022, iniciamos um mapeamento das possíveis comunidades da periferia de Fortaleza bem como das necessidades das turmas, junto às comunidades de base e movimentos locais. Dentre algumas comunidades mapeadas, as escolhidas foram: Praia do Futuro (MCP), Quintino Cunha (Paróquia São Pedro e São

Paulo), Bom Jardim (Equipamento cultural local – Centro Cultural Bom Jardim), Conjunto Palmeiras (Ação mulheres – Jubileu Sul Brasil) e a comunidade Quilombola - Remanescentes do Cercadão dos Dicletas no Icaraí, Caucaia - CE. O primeiro passo após a escolha das comunidades foi a seleção das educadoras. Neste processo priorizamos mulheres que fossem da própria comunidade, especialmente por já conhecerem a realidade local e estarem próximas dos educandos. Realizamos contato com os locais onde as aulas poderiam acontecer e iniciamos a divulgação das turmas para inscrições.

Em seguida, nos dias 19 e 20 de março de 2022, realizamos a Capacitação Inicial com a temática: A contribuição de Paulo Freire para a educação popular / A macro conjuntura sociopolítica e o seu impacto na educação. A formação das educadoras teve continuidade com as capacitações continuadas mensais. Além das capacitações realizamos visitas bimestrais às turmas, plantões pedagógicos on-line e as Jornadas Comunitárias com temas, como Saúde da Mulher e Soberania Alimentar. Sempre buscando realizar as atividades em conjunto com as ações comunitárias dos territórios seguindo o lema do MEB: *Saber, Viver e Lutar*, uma educação popular libertadora, participativa e que reflète a vida. Procuramos transformar nossas turmas com salas de aula em movimento permeando todas as ações realizadas com vivências diárias nas turmas e nas comunidades.

O ano de 2022 foi concluído com 4 das 5 turmas iniciais de alfabetização. Tivemos diversas experiências exitosas e histórias de vida transformadas a partir da experiência das turmas do MEB. Dentre essas histórias podemos destacar a da educanda Val (Turma Dom Hélder Câmara – Quintino Cunha), que havia parado de estudar no Ensino Fundamental e tinha o sonho de terminar seus estudos para ser enfermeira. Após concluir a turma do MEB, Val sentiu-se confiante para realizar a prova do ENCEJA e conseguiu voltar a estudar na escola formal. Esse ano (2023), Val está no Ensino Médio e já faz planos para realizar a prova do ENEM ao final do ano.

Também podemos destacar a história da Bilinha (Turma Ribeirinho – Bom Jardim), que ofereceu sua casa para as aulas acontecerem e ajudou na formação da turma, seu esposo estudava na EJA da escola formal, mas ao presenciar as aulas do MEBCe e ver o progresso que estavam alcançando em pouco tempo, ele decidiu participar das aulas em sua casa porque disse que aprendia mais do que na escola.

A turma Esperança, do Conjunto Palmeiras, proporcionou como experiência concreta no final do ano, fazendo com que cada aluno escrevesse sua história com colagens. Foi uma atividade muito importante para os educandos, que se sentiram valorizados em suas histórias e memórias de vida.

Ao final no ano de 2022, foram 58 os educandos que concluíram a fase de alfabetização. Realizamos um planejamento anual do MEB Ceará – e durante esse momento podemos acolher novos colaboradores para o núcleo Ceará, entre eles professores universitários (UECE) e municipais, alunos de doutorado em Pedagogia – UFC, e educadores populares locais das comunidades atendidas. Alguns projetos foram indicados durante nosso planejamento para serem implementados no ano de 2023 em Fortaleza, dentre eles estão: Os cursinhos pré-vestibulares nos territórios, grupos culturais com a juventude e grupo ampliado de capacitação continuada com os educadores populares de Fortaleza.

Levamos as pautas das lutas locais e organização comunitária como conteúdo das atividades nos encontros de aprendizagem, sempre em conexão com o método *Ver, Julgar, Agir e Rever*.

Neste ano, efetivamos 4 novas turmas de alfabetização atuando nas comunidades Barra do Ceará, Palmeiras, Floresta e Jardim Guanabara. De acordo com os dados que acompanhamos, observamos que apesar da redução da taxa de analfabetismo no Ceará, o estado ainda se encontra na 5ª posição do ranking nacional, com 12% de taxa de analfabetismo, o que demonstra que o índice de analfabetos ainda é muito elevado. Nas turmas do MEBCe damos uma importância especial aos analfabetos funcionais, que chegam a 29% no Brasil. É possível observar o impacto nas nossas salas de aula que apresentam uma variedade de nível de escolaridade com uma mistura de analfabetos e pessoas que estiveram na escola até o 8º ano, mas com uma grande dificuldade na escrita e na leitura. Quanto à idade dos educandos, varia entre 23 anos e 83 anos, sendo a grande maioria mulheres.

Queremos destacar entre as histórias de vida desse ano, a da Dona Diamante (Turma da Barra do Ceará), com 83 anos de idade, sendo nossa aluna mais experiente e com um grave problema de visão. Destaca-se pela persistência e pela vontade de aprender, dedicando-se incansavelmente às aulas. Diamante não teve oportunidade de estudar pois aos 7 anos já trabalhava na roça para ajudar os pais. Com 15 anos casou e era dona de casa. Ela teve 8 filhos e os criou sozinha. Não lhe sobrava tempo para pensar em estudos. Só aos 82 anos conseguiu voltar à sala de aula, pois tem o sonho de conseguir ler e escrever. Ela afirma: “nunca é tarde pra aprender coisas novas. Se pudesse moraria aqui” (no espaço onde acontecem as aulas). Deseja vir às aulas todos os dias “pra ocupar a mente”.

Outra história de superação que encontramos esse ano foi a do Cláudio (Turma Dom Hélder Câmara – Jardim Guanabara), que é um educando com grave comprometimento auditivo, mas que também se esforça para estar presente em todas as aulas e entender tudo o que é ensinado e compartilhado em sala de aula.

Assim relatamos nossas experiências como núcleo do MEB no Ceará, mas também temos como projeto ampliar o número de turmas para 20 turmas na capital, em parceria com os movimentos MST, MCP, Conselho Pastoral da Terra e CEBs. Estamos em busca de captar recursos para a efetivação desses planos. Dentre as ações que realizamos enquanto coordenação, está o nosso grupo de discussão e estudos onde buscamos nos fortalecer enquanto núcleo e atuantes na transformação de uma educação popular realmente libertadora que contribui para a mudança social.

O Mundo das Mulheres

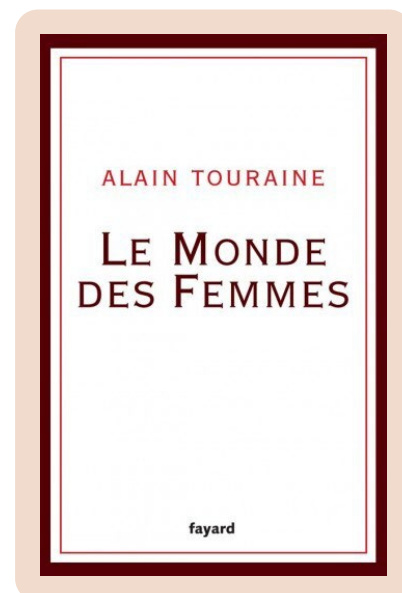
Gabriele Cipriani¹

TOURAINE, Alain. *Le Monde des Femmes*, 242 pages. Langue: Français. Éditeur: Fayard. Date de publication: 1 mars 2006. O MUNDO DAS MULHERES, 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Esta Resenha quer ser uma homenagem a Alain Touraine (3 de agosto de 1925 – 9 de junho de 2023). O sociólogo Alain Touraine morreu em Paris, em 9 de junho deste ano, na idade abençoada de 97 anos. Ele é o autor de obras importantes que traçam quase meio século de história por meio do prisma dos movimentos sociais nos quais ele descobria as sementes da democracia e uma força social humanizadora. Em 28 de fevereiro de 2006, na “Maison de la Radio”, em Paris, apresentou seu livro *Le Monde des Femmes*, que queremos resenhar pensando nos movimentos de resistência das mulheres na Ucrânia e no Irã, na África e no Iraque, e em todas as vítimas de feminicídio que mancham de sangue diariamente as cidades e os recantos do Planeta.

Da investigação sobre o movimento operário nas fábricas aos movimentos pela justiça e a liberdade na América Latina, Alain Touraine acompanhou, com suas análises sociológicas, as mudanças de um longo período de história. Em *La Conscience Ouvrière* (1966) analisou a definição que os trabalhadores se dão de sua condição, seus objetivos e os conflitos em que estão engajados. Menos de um ano depois dos acontecimentos de maio de 1968, na França, publicou o primeiro estudo crítico sobre o levante de maio: *Le Mouvement de Mai* (1968), que Touraine considerou mais um movimento social do que uma ação política. Observou com atenção o Chile na década de 1970 e em seguida o movimento Solidarnosc (grupo polonês de oposição ao governo comunista). Em *La Parole et le Sang* (1988), um grande estudo sobre a América Latina, ofereceu uma investigação política e social, analisando as dificuldades dos processos de democratização e as chances de crescimento e liberdade no continente. A modernidade com suas crises foi objeto de estudo de vários pensadores. Com *Crítica da Modernidade* (1992), a partir de um retorno às fontes do conceito de moderno e modernidade, Touraine nos convida a ouvir a voz emergente do ator humano, o sujeito, com direitos universais e em busca da liberdade. No estudo *O Fim das Sociedades* (2009), descreve o advento de uma era pós-industrial e pós-social, analisa como a decomposição do capitalismo industrial implica a criação de um outro tipo de vida coletiva e individual, baseada na defesa dos direitos humanos universais contra todas as lógicas de interesse e poder. Depois da sociedade da indústria e da exploração dos recursos naturais, a sociedade da consciência deve ser uma nova etapa da democracia.

Centrando-se nas formas de ativismo contemporâneo, com reivindicações éticas, Touraine estudou vários movimentos atuais, incluindo o movimento de mulheres e minorias sexuais. Identificado como intelectual de esquerda, Touraine não foi um intelectual orgânico, mas, como outros pensadores e também



.....

Touraine não aspira falar sobre mulheres, nem como vítimas nem como conquistadoras de sua igualdade, saindo da sombra da vida doméstica para entrar no cenário público.

.....

¹ Padre Gabriele Cipriani, assessor de Projetos do MEB, é de nacionalidade italiana, da cidade de Ceccano (FR). É Doutor em Letras pela Universidade de Nápoles – Itália; graduado em Teologia pela Faculdade Teológica da Itália Meridional e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

partidos de esquerda, fez da democracia o principal tema de suas preocupações teóricas e a questão central de sua agenda política. Ele acompanhou a evolução das lutas feministas desde os primeiros movimentos sociais no mundo operário, a assim chamada onda marxista dos movimentos feministas.

Le Monde des Femmes (Paris: Fayard, 2006) é uma obra cujo título, pela semelhança, chama de volta o de um filme, *A Woman's World*, O Mundo é das Mulheres. Um filme de 1954, direto da Jean Negulesco, cuja trama é a história de mulheres hábeis, mas desconhecidas, gênios escondidos que vivem à sombra dos homens e aparecem a serviço da sociedade masculina.

Touraine não aspira falar sobre mulheres, nem como vítimas nem como conquistadoras de sua igualdade, saindo da sombra da vida doméstica para entrar no cenário público (p. 72), mas demonstrar que elas são criadoras de uma nova cultura, e insere O Mundo das Mulheres no amplo contexto de sua obra sociológica. Mais que um título chamativo para atrair leitores a descobrir o mundo feminino, O Mundo das Mulheres é um ensaio magistral e um livro de sociologia para todos estudarem, pois as análises apresentadas nessa obra são bem diferentes das análises que lemos em outros estudos sobre a condição e a ação das mulheres.

A abordagem tourainiana pretende definir a significação histórica da ação das mulheres e as oposições contra as quais esta ação se confronta. Envolve a superação dos valores tradicionais dominantes nas relações homem-mulher e surge da necessidade de desconstruir a relação dicotômica e vertical entre os dois universos, masculino e feminino, para chegar à construção de modelos relacionais horizontais, graças aos quais indivíduos iguais específicos gozam dos mesmos direitos. De nada serve derrubar as relações de poder, precisamos mudar os modelos de poder e tentar entender as diversidades que se encontram e misturam no mundo global.

O Mundo das Mulheres é uma viagem explorativa do pensamento das mulheres parisienses do início dos anos 2000, conduzida por Alain Touraine, em conjunto com uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras. O livro é o resultado de uma série de entrevistas com mulheres de diferentes idades e origens sociais, com especial atenção para o grupo de mulheres muçulmanas. O contexto é a investigação de uma sociedade em que a cultura, a educação, a informação e a comunica-

ção ultrapassaram progressivamente a produção de bens materiais, que na época anterior, a modernidade, eram centrais.

Touraine se situa com segurança na pós-modernidade em que a afirmação da autonomia pessoal é condição essencial que torna pensáveis e praticáveis todos os outros tipos de luta. Em todos os casos, ele opõe o sujeito, seus direitos e sua subjetividade às lógicas de dominação e de funcionamento da sociedade moderna. As mulheres se apresentam e falam por si mesmas: À pergunta “Quem é você?” “, as mulheres de hoje respondem sucessivamente: “eu sou mulher”, “eu me construo como mulher” e “eu o faço primeiro através da sexualidade”.

As mulheres expressam com clareza e orgulho a vontade de ser mulher. Declaram a intenção específica que coloca no centro da vida uma certa relação da mulher consigo mesma e a construção da sua imagem, simplesmente como mulher e não em relação ao homem e menos ainda em relação às funções sociais. A afirmação da subjetividade feminina “como ser de desejo e reconhecimento do outro como criação de sua própria liberdade” (p. 63), sem qualquer condicionamento e discriminação, não só torna a mulher arquiteta de seu próprio destino, como anula o modelo relacional dicotômico com o homem em prol de uma matriz relacional horizontal e igualitária, característica de uma sociedade democraticamente mais madura e livre. É o que Touraine lê, como sociólogo, nas narrativas das próprias mulheres e afirma com a expectativa de uma evolução positiva de um processo histórico de humanização.

A desconstrução da modernidade afirma que a mulher não vem depois do homem; não deriva do homem, mas, ao contrário, é ontologicamente independente dele. E esta é uma revolução, uma passagem para outra maneira de pensar. Por um lado, esta revolução cultural pós-moderna, sob a bandeira das mulheres, varre muitos conceitos e modelos machistas sobre os quais a sociedade moderna construiu suas fortunas. Por outro lado, faz emergir certos traços culturais de atenção à pessoa concretamente contextualizada, à sua relacionalidade, à sua relação íntima, que são sem dúvida traços da humanidade, em que o melhor aspecto do feminino é expresso.

A construção representativa da mulher é hoje um dos fatores mais importantes também na construção de novos quadros de referência, necessários para

marcar os comportamentos do tempo atual em uma sociedade de comunicação e globalização, sobretudo quando desejamos encará-los sob a perspectiva da cidadania ativa.

No mundo pós-industrial e pós-moderno, a presença ativa da mulher como sujeito vislumbra a elaboração de uma nova cultura, e o movimento de mulheres se configura mais como um movimento cultural e menos como um movimento social (p. 108), pois posiciona as mulheres além das barreiras ou muros levantados pela cultura moderna patriarcal, alvo dos movimentos feministas, e considera o sujeito mulher como promotor e protagonista de novas relações mulheres – homens, fundamento de uma nova sociedade democrática.

É essa a tese ousada e, portanto, polêmica de Touraine que parece abandonar a vertente política e orientar para a constituição de um feminismo de reconstrução cultural, um pós-feminismo que supere os conflitos e as polaridades da modernidade.

Essa tese não encontrou o favor de grupos feministas, que, longe da França, ainda estão envolvidos em lutas sociais de emancipação em muitos lugares do Planeta. A tese de Touraine diz respeito à globalização e ao fim do social como vivido nas sociedades atuais. Touraine argumenta que, em nosso mundo, o tecido organizado de papéis, instituições e relações que corresponde à “sociedade”, fundada em nível nacional, hoje é menor e está se esgarçando. Nas sociedades nacionais, a partilha de valores e orientações e também espaço de conflito e negociação entre diferentes grupos sociais não alcançam mais os objetivos. Em seu lugar, grandes agregados de indivíduos e grupos – muitas vezes isolados uns dos outros – são estabelecidos, influenciados e governados por poderes supranacionais distantes e inacessíveis. Isso torna impossível a formação de atores e movimentos sociais como temos visto na modernidade, “porque o triunfo do capitalismo extremo, que denominamos globaliza-

ção, destrói a ação própria da ordem social e substitui todas as formas de autoridade pelo mercado e pelo lucro” (p. 64).

Mas não podemos esquecer que “as mulheres não são uma categoria social defendendo seus interesses próprios, elas são, acima de tudo, as agentes de reconstrução de um mundo” (p. 129), e não há dúvida que a afirmação de uma nova cultura é um processo lento. A igualdade só pode ser fruto de uma conquista cultural quando se torna primeiro um valor e depois um direito a defender. A sexualidade, para além do erotismo, é integração entre a natureza e a cultura, inteiramente desejo e construção de si (p. 130).

A construção do “sujeito pessoal” ocorre em grandes domínios, mas também em esferas menos visíveis, incluindo a vida quotidiana e os conflitos internos dos indivíduos, por meio da resistência da pessoa e sua singularidade contra a produção em larga escala de produtos padronizados, o consumo massivo, o domínio dos meios de comunicação de massa e a invasão das redes sociais.

Os modelos culturais e sociais predominantes são difíceis de arranhar e superar. As relações entre homens e mulheres podem, inclusive, levar a episódios de violência, fruto do egoísmo autoritário masculino e de uma relação

de poder desigual entre os dois gêneros. A sociedade pós-moderna, na sua fase atual, tem dificuldade em desenvolver uma cultura capaz de aprender e enriquecer a diferença sexual (gênero) sem perder o humano que está nela. Prevalecem confusões e cruzamentos entre as duas polaridades, masculina e feminina, que originam a percepção de diversas identidades de gênero. A violência inevitavelmente questiona a construção da igualdade de gênero e interrompe o processo de amadurecimento de novos paradigmas culturais.

Enquanto se instala uma globalização econômica, conciliada com uma grande variedade de culturas, ergue-se uma barreira cada vez mais intransponível

As mulheres expressam com clareza e orgulho a vontade de ser mulher. Declaram a intenção específica que coloca no centro da vida uma certa relação da mulher consigo mesma e a construção da sua imagem, simplesmente como mulher e não em relação ao homem e menos ainda em relação às funções sociais.

entre os países que estão dispostos a questionar o estatuto tradicional das mulheres e aceitar a entrada destas na cena pública. Grandes potências espalham pelo mundo seu poderio econômico e militar, rejeitando o valor e a ideia de direitos humanos.

Na década de 1970, o movimento feminista realizou fortes ações de ruptura, inclusive com uma oposição frontal à Igreja Católica, vista como uma força conservadora. Nas últimas décadas, novos poderes totais visam levar o controle da vida das pessoas e das orientações culturais até o âmago dos indivíduos. Movimentos reacionários surgiram em nosso tempo e conservam as características de uma modernidade tardia, com o antigo apelo à ordem e à identidade, para se opor à emancipação dos sujeitos éticos. Pessoas públicas assumem a liderança de populações arrastando-as em túneis obscuros de um poder restaurador cego. O medo do futuro está levando as pessoas comuns a se afastarem das perspectivas anunciadas pela globalização. As forças políticas que expressam um novo populismo cavalgam os medos e ressentimentos generalizados.

Mas isso não diminui a capacidade única das sociedades democráticas pós-modernas de falar e agir em nome de direitos universais, nem das mulheres de apresentarem-se como sujeitos e atrizes e afirmar “seu direito a ter direito”, como refere Hannah Arendt em “As Origens do Totalitarismo”.

No livro “Depois da crise. Uma nova sociedade possível” (2013), Alain Touraine repropõe a dualidade da relação homem/mulher em bases históricas e sociológicas. No tempo dos feminicídios, e diante dos fenômenos regressivos em relação às conquistas feministas, ele julga e aposta em um movimento cultural das mulheres que se apresentam e falam por si mesmas, apesar de tudo. Pensamos assim as mulheres iranianas e ucranianas, as adolescentes afegãs às quais é concedido o acesso à instrução somente até a quarta série, ou aquelas conduzidas para a escravidão pelo Daesh e Boko Haram, e a todas as vítimas de feminicídio, sacrificadas por relações vividas como posse. Confirma a visão de Touraine a mulher iraniana que, no contexto de mobilização pela própria emancipação que inflama o Irã, tira o véu (*hijab*), encara o policial da moralidade e diz: “Sou uma mulher e não tenho medo de você!”; assim também a consciência das mulheres ucranianas que, na tragédia da guerra de ocupação russa, conseguem afirmar: “Sofremos fome e estu-
pros, arriscamos morrer, mas defendemos a liberdade e não somos vítimas”.

Definir a própria identidade consciente, declarar-se “mulher”, constitui uma verdade na qual se fundamenta qualquer outra afirmação. Atribuir-se o direito de ser mulher, simplesmente mulher, sem qualquer dicotomia, torna-se assim não só uma prova de liberdade, mas também um testemunho da capacidade de definir-se, comportar-se e ser ativa na construção de uma nova política e de uma nova cultura de relações humanas e ecológicas.

O desafio dos cidadãos ativos é antes a consciência da dignidade e dos valores por meio dos quais se pode contribuir para concretizar uma diferente construção de relações integralmente ecológicas, justas e solidárias, isto é, humanas, e romper com uma análise acima de tudo econômica, que se tornou inoperante a partir do momento que a globalização separou a economia dos outros setores de funcionamento da sociedade.

O sucesso do movimento de mulheres depende dessa consciência, da compreensão do que é ser mulher e ser homem, e de um processo de reeducação para estabelecer novas relações horizontais de dignidade e respeito. “É no domínio da educação que mais diretamente se decide a sorte do novo modelo cultural” (p. 133). Os obstáculos que surgem são desafios a serem superados, sobretudo graças às ações promovidas pelas próprias mulheres. Elas – acredita Alain Touraine – são as únicas que podem liderar esta grande revolução cultural, que vai além do patriarcalismo, graças à qual a dignidade de gênero pode garantir às mulheres e aos homens a mesma dignidade e o mesmo valor, em contextos diferentes que se formam na quotidianidade do encontro de indivíduos e culturas diversas em uma pós-modernidade, que, com extrema imagem, Marshall Mac Luhan definiria uma aldeia global.

Alain Touraine (Hermanville-sur-Mer, 1925 – Paris, 2023), teórico da sociedade pós-industrial, entre os maiores e mais influentes sociólogos contemporâneos, foi Diretor de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Artesania da renda e educação

Ir. Jorge Luiz de Paula, SJ



Foto: Franklin Cascaes

A artesanaria da renda é uma prática cultural profundamente enraizada em muitas sociedades em todo o mundo. Este ensaio explora minuciosamente o processo da artesanaria da renda e sua estreita relação com a educação, destacando como essa tradição desempenha um papel vital na transmissão de conhecimento e na preservação cultural.

A criação da renda é um processo multifacetado, envolvendo uma série de etapas intrincadas. Começando pela seleção cuidadosa de materiais, incluindo fios, linhas e agulhas de alta qualidade, o artesão então mergulha na complexidade dos padrões e desenhos. Estes podem variar desde simples até altamente intrincados, dependendo da técnica de renda utilizada (CAVALCA, 2021).

As técnicas de renda, como o frivolitê, o crochê e o bilro, são dominadas com dedicação e paciência. Cada uma dessas técnicas possui suas próprias características e complexidades únicas, exigindo uma compreensão profunda e prática (BARBOSA; D'ÁVILA, 2014).

Após a criação dos elementos de renda, estes são habilmente montados e finalizados. O acabamento é uma etapa crucial, em que o artesão adiciona os toques finais para garantir que a peça esteja pronta para uso ou exibição.

A tradição da artesanaria da renda é transmitida principalmente de forma oral e prática, de mestres para aprendizes. Conforme Cavalca (2021), esta transmissão pessoal cria uma relação especial entre gerações, em que o conhecimento é passado de maneira direta e significativa. Os mestres compartilham não apenas técnicas, mas também segredos e nuances que não podem ser aprendidos apenas por meio de manuais ou vídeos.

Esta transmissão de conhecimento tem implicações significativas na educação. Além de preservar a cultura, a artesanaria da renda oferece uma oportunidade valiosa de aprendizado prático. Habilidades motoras finas são aprimoradas, e o processo também envolve uma compreensão sutil de geometria, matemática e design, muitas vezes de forma inconsciente. Além disso, a prática da renda frequentemente ocorre em grupos, promovendo a inclusão social e a formação de laços comunitários sólidos (BARBOSA; D'ÁVILA, 2014).

Segundo Cavalca (2021), a relação entre a artesanaria da renda e a educação formal é notável. Muitas instituições educacionais reconhecem o valor dessa tradição e a incorporam em seus currículos. Escolas de artesanato oferecem cursos de renda, em que os alunos podem adquirir habilidades valiosas enquanto exploram sua criatividade. Museus frequentemente exibem rendas em suas coleções, e exposições educativas contribuem para a divulgação da história e da importância dessa tradição.

A inclusão da renda em programas educacionais promove o respeito e a valorização das culturas locais e regionais. Isso é crucial para manter vivas as identidades culturais em um mundo cada vez mais globalizado (BRASIL, 2012).

A relação entre a artesanaria da renda e a educação não é isenta de desafios. Um dos principais desafios é a preservação dessa tradição em um mundo em constante evolução. Com a urbanização e a globalização, muitas comunidades rurais que historicamente praticaram a renda enfrentam o risco de perder suas habilidades e identidades culturais (CAVALCA, 2021).



No entanto, a artesanaria da renda também oferece oportunidades únicas para enfrentar esses desafios. Projetos de preservação cultural, parcerias entre comunidades locais e instituições educacionais, bem como o uso de tecnologia para documentar e transmitir conhecimento, podem ajudar a manter essa tradição viva.

A artesanaria da renda pode desempenhar um papel significativo na educação. Ao introduzir os educandos nessa arte desde cedo, podemos promover o desenvolvimento de habilidades, criatividade e apreciação pela cultura local. Escolas que incorporam atividades relacionadas à renda em seus currículos incentivam a exploração da criatividade e o aprendizado prático (BARBOSA; D'ÁVILA, 2014).

Também na educação popular a experiência de aprender a "fazer renda" além de incentivar a cultura local, também é conteúdo de aprendizagem, desenvolvendo várias habilidades de leitura e escrita, de seleção dos materiais, de organização do tempo e da comercialização da produção, potencializando assim o próprio território.

A renda pode ser usada como uma ferramenta de educação intergeracional. Avós e mestres podem compartilhar suas habilidades com as gerações mais jovens, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

No contexto atual, a sustentabilidade é um tema crucial em todas as áreas da vida, incluindo a artesanaria da renda. A escolha de materiais e práticas ambientalmente conscientes é essencial para garantir que essa tradição possa continuar prosperando sem causar danos ao meio ambiente. A educação desempenha um papel fundamental na conscientização sobre a sustentabilidade (BRASIL, 2012).

A educação pode ajudar a promover o valor de produtos artesanais em um mundo dominado pela produção em massa. Ao entender o esforço, a criatividade e a história por trás de cada peça de renda, as

pessoas estão mais inclinadas a apoiar artesãos locais e a valorizar produtos feitos à mão (BARBOSA; D'ÁVILA, 2014).

Este ensaio detalhado explorou o processo intrincado da artesanaria da renda, sua transmissão de conhecimento, sua relação com a educação formal e informal, bem como os desafios e oportunidades que enfrenta. Também destacou a importância da sustentabilidade na continuidade dessa tradição.

Cavalca (2021) considera que a artesanaria da renda não é apenas uma expressão cultural rica, mas também uma ferramenta educacional valiosa que contribui para a preservação das identidades culturais e o desenvolvimento de habilidades práticas e criativas. Reconhecer e apoiar essa interconexão é fundamental para garantir que essa tradição perdure e continue a enriquecer a sociedade de maneira profunda e significativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vera Lúcia; D'ÁVILA, Maria Inácia. Mulheres e Artesanato: Um 'Ofício Feminino' no Povoado do Bichinho/Prados-MG. **Revista Ártemis**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 141-152, 31 jul. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/18122/11137>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. PAB - Programa do Artesanato Brasileiro. **Base Conceitual do Artesanato Brasileiro**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

CAVALCA, Renata Falson. **Educação como Mecanismo de Distribuição de Renda**. Fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

Ir. Jorge Luiz de Paula, Jesuíta Irmão, pedagogo (UFPE), artista da Dança, especialista em Estudos Contemporâneos em Dança (UFBA), mestre em Dança (UFBA) e doutorando em Educação (UNISINOS). Assessor Pedagógico do Colégio São Francisco Xavier/SP - RJ. E-mail: jorgedepaulasj@gmail.com.





Homenagem a Carlos Rodrigues Brandão

PROFESSOR CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

14 de abril de 1940 ~ 11 de julho de 2023

Professor Carlos Rodrigues Brandão virou estrela em 12 de julho de 2023, deixando um legado de trabalho, lutas e generosidade, como afirma a nota do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Brandão, como era carinhosamente conhecido, foi professor permanente da Unicamp de 1976 até 1997, desenvolvendo pesquisas nas áreas de cultura e educação popular, antropologia rural e questões ambientais, em diferentes regiões do país. No Departamento de Antropologia, ministrou disciplinas na graduação e na pós-graduação em áreas como religião, cultura popular e teoria antropológica. Participou da criação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) na Faculdade de Educação (FE), e do Centro de Estudos Rurais (Ceres) bem como no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP (IFCH).

Esteve também vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam).

Brandão formou uma legião de estudantes não somente na teoria, mas também na prática, nas inúmeras viagens de campo que organizou, especialmente no interior de São Paulo e Minas Gerais. Invariavelmente, esses estudantes, além de qualificados pesquisadores e colegas, se tornaram estimados amigos. Com eles, compartilhou o trabalho, o gosto pelo sertão, seu sítio Rosa dos Ventos, as delicadezas do cotidiano e da vida. Autor de inúmeros livros sobre comunidades tradicionais, sobre populações rurais e de literatura (contos e poesia), Brandão se definia como um “militante ativista”, para quem ensinar e aprender são ações coletivas e indissociáveis. (Ubirajara Augusto - ubira.augusto@gmail.com)



QUEM FOI BRANDÃO PARA O MEB E A EDUCAÇÃO POPULAR?

A trajetória de Carlos Rodrigues Brandão, no Movimento de Educação de Base (MEB), é de guia e companheiro, mostrando o caminho e caminhando junto. Brandão se definia como um “militante ativista” e era ao mesmo tempo um mestre intelectual e espiritual de grupos de viajantes, alinhados à Educação Popular, ansiando por um outro mundo possível em um percurso de libertação. “Militante ativista”, no tempo da crise final Ação Católica universitária, emigrou para o MEB onde – ele mesmo afirmou – permaneceu por toda a vida.

Brandão dizia que não foi por meio do MEB que a teologia da libertação teve início no Brasil, mas afirmou tratar-se de um projeto ousado da CNBB, considerando a sua constituição, uma diversidade de grupos de educadores, padres e muitos que não pertenciam a Igreja, como Luís Eduardo Vanderley, que trabalhava com sindicalismo cristão, contemporâneo a Carlos Brandão que fazia parte do MEB-GOIAS. Brandão contava que sua rotina era esconder livros, ver amigos serem presos e outros métodos de opressão, até o afastamento de uma equipe do MEB bem organizada. Católico, militou no MEB e essa militância o levou a ter forte ligação com as ideias e a pessoa de Paulo Freire, do qual se tornou amigo e colaborador. Militante ativista, Brandão motivou gerações de *mebianos*, até hoje, com suas referências teóricas que contribuem para uma educação transformadora e libertadora, para que sejamos, como ele foi, “andarilhos inveterados” da organização e mobilização popular.

A militância e o ativismo de Carlos Rodrigues Brandão não foram, porém, violentos e rancorosos, mas os de um educador aprendiz:

*“Vive em mim
o fio de seda
do bem da força
do amor de tudo”.*

(“Tudo e Eu” – poema do livro *O jardim de todos*, de Carlos Rodrigues Brandão)

Professor universitário, estudioso, escritor incansável, Brandão sustentava a sua militância na educação popular com o conhecimento científico. É gratificante e prazeroso falar, contar, relembrar e reviver o pensamento e obras do professor Carlos Rodrigues Brandão (1940-2023), esse que é uma referência importante ao campo da Antropologia, mais principalmente a Educação Popular, Educação Integral e de Jovens e Adultos. Na carta escrita durante a sua última doença, afirma: “Depois do enorme agito de 2021, com as inacabáveis lives ao redor do Centenário de Paulo Freire, eis que, doente, vivo dias extremamente tranquilos. E os aproveito para fazer o que sempre foi a minha quase maior alegria: ler e escrever”; e mais adiante: “E enquanto eu viver e a “mão e a cuca” funcionarem, seguirei a minha sina de leitor e de escrevinhador inveterado”.

O seu amor pela leitura e escrita fez dele um educador na academia e um educador entusiasta e feliz de pessoas jovens e adultas em condição de analfabetismo, engajado no MEB e em outros movimentos sociais e ambientais, lutou por uma alfabetização libertadora e uma educação humanizadora e muito contribuiu com uma multiplicidade de temáticas na discussão sobre a educação popular no Brasil.

A Educação do povo. Em entrevista à Revista *Fundamentos* (2015), Brandão disse: O que importa na educação popular é o seguinte: primeiro, ela não nasce como educação popular, quando ela surge o que se tem é uma proposta de movimento de cultura popular, o que ele denomina de pesquisa participante. E dessa educação permanente que acompanha os seres humanos no percurso de toda a vida individual e social, ele costumava atribuir valor às três experiências latinas americanas: a educação popular, a teologia da libertação e a pesquisa participante, como forças que fomentam a educação em qualquer lugar e ambiente na sociedade. Ainda na sua última carta de saudação a todos, amigas e amigos, lembrava a publicação da sua obra “O Primata que aprende – como a educação começou a acontecer no mundo.

Obrigado, professor Carlos, o MEB agradece e lembra.

Ana Cristina Araújo Maranhão
anacamaranhao@gmail.com

Brandão e o Movimento de Educação de Base

O professor Carlos Rodrigues Brandão, assessor do MEB ao longo dos 62 anos de história, atuou mais intensamente nas décadas de 60 e 70 como coordenador do Departamento de Goiás. O seu legado, além dos vários livros e artigos, é o testemunho de um educador amoroso e andarilho pelos territórios das comunidades, tornando-as sujeitos da sua história e protetoras da nossa Casa Comum. Um poeta e escritor que motivava os/as educadores/as populares a escreverem sua trajetória e seus saberes compartilhados e sistematizados.

No Vídeo abaixo, Brandão, como era carinhosamente chamado, faz memória ao início do **Movimento de Educação de Base - MEB**, e como este mantém viva a sua missão até os dias de hoje.



[Assista ao vídeo](#)

*Cultura popular:
a riqueza
de um povo!*

